



## **Comunicação, Educação e Sustentabilidade: o novo campo da Educomunicação Socioambiental<sup>1</sup>**

Laura Alves MARTIRANI<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP

### **Resumo**

O presente trabalho tem o objetivo de rever as origens e fundamentos do que originalmente foi chamado no meio intelectual de “Educação para os meios” e articular essas reflexões e história com a Educação Ambiental, procurando trabalhar primeiramente o conceito da “Educomunicação” e posteriormente da “Educomunicação Socioambiental”. Discute-se aqui o diálogo entre o campo da Comunicação e o da Educação reafirmando as matrizes teóricas do que se vem chamando de Educomunicação, para, a partir de então fazer o cruzamento dessa área com a Educação Ambiental, vista sob uma perspectiva crítica e emancipatória, para traçar, por fim, os princípios e diretrizes político-pedagógicas da Educomunicação Socioambiental.

**Palavras-chave:** Educomunicação; Educação Ambiental, Meio Ambiente, Educomunicação Socioambiental.

### **Comunicação, Educação e Educomunicação**

Os campos da educação e da comunicação se inter-relacionam de forma necessária e interdependente. Entendendo-se o diálogo como a base fundamental de uma e outra, é possível afirmar que não há educação sem comunicação, nem tampouco comunicação sem educação. Há, entretanto e, enquanto esferas de ação social, nítidas diferenciações entre esses campos.

“A história nos ensina, na verdade, que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade.” (SOARES, 2000, p.13).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na NP Comunicação Educativa, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.



Considerando as diferenças e particularidades entre essas esferas, é preciso considerar que tanto a nível macro como micro, os papéis e funções de um e outro campo se inter-seccionam, seja no âmbito da sala de aula (processos de comunicação presentes e necessários), seja no âmbito social (sentidos e significados, valores e comportamentos veiculados pelos meios de comunicação social). Nessa dinâmica, os meios de comunicação social acabam por desempenhar, querendo-se ou não, funções educativas (complementares e/ou expandidas) ou ‘(des)educativas’ demandando a necessidade de se trabalhar no âmbito da educação, sentidos e significados desses processos – leitura crítica da comunicação, mas também e por outro lado, a necessidade de se apropriar de suas capacidades comunicacionais – tecnologias e linguagens - para fins educacionais.

Esses cruzamentos foram estabelecendo as bases do que se vem chamando de Educomunicação. De um lado a preocupação de educadores com as influências exercidas pelos meios de comunicação, iniciando-se aí reflexões e ações educativas do que se chamou originalmente de “Educação para os Meios” ou “Leitura Crítica da Comunicação”. De outro, comunicadores, querendo atribuir a seu trabalho, à mídia e às tecnologias da comunicação finalidades mais educativas, mais participativas, dialógicas e cidadãs.

As articulações entre os campos e esferas de atuação da Comunicação e da Educação foram formando o novo campo da Educomunicação. Um campo ainda em construção que, segundo Soares (2000), está assentado sobre quatro eixos centrais. O primeiro, conforme vimos tratando, corresponde ao eixo da “educação para a comunicação”, “educação para os meios” e/ou “leitura crítica da comunicação”. Envolve a análise das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação social e processos envolvidos na produção dessas visando a formação de receptores críticos e ativos e atividades de apoio e estímulo ao desenvolvimento de processos de expressão/comunicação/interlocução com uso das tecnologias da comunicação. Objetiva-se com isso a melhoria do coeficiente comunicativo dos membros de um grupo ou comunidade para que possam expressar o que pensam e sentem, adquirir conhecimentos sobre assuntos que não dominam e, inclusive, que possam desenvolver ações de vigilância e de intervenção nos processos de comunicação social. Nesse sentido, implica a formação de atores sociais capazes de reconhecer necessidades de comunicação não satisfeitas pelos meios de comunicação, perceber distorções e/ou



omissões, bem como capazes de identificar e colocar exigências ao sistema de comunicação para chegar a influir, numa perspectiva mais ampla, no pólo da emissão.

O segundo eixo refere-se à “comunicação na ou para a educação”, incluindo usos das linguagens e tecnologias da comunicação na e para a educação, equivalente à área de Tecnologia Educacional. A esses eixos, Soares (2000) acrescenta mais dois outros, o que envolve a gestão de processos comunicacionais e, por fim o campo das discussões epistemológicas. Tudo isso e segundo o autor podendo ser identificado como sendo o campo da Educomunicação.

“Este novo campo de diálogo e integração se materializa em algumas áreas de intervenção social, tais como: a) área da educação para a comunicação (...); b) a área de mediação tecnológica na educação (...); c) a área de gestão da comunicação no espaço educativo, voltada para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que se articulam no âmbito da comunicação/cultura/educação (...); d) a área de reflexão epistemológica sobre a inter-relação comunicação/educação como fenômeno cultural emergente (...). Defendemos que cada uma dessas áreas e seu conjunto sejam pensados e promovidos a partir da Educomunicação” (SOARES: 2000, p.23).

Na inter-relação entre os campos da educação e o da comunicação e nas suas diferentes esferas de atuação, a questão principal que se coloca, e como foi extensamente pontuada por Paulo Freire (1982, 1996) é: educação ou comunicação de quem para quem e para quê? Nesse contexto, o filósofo e educador opunha uma educação de caráter emancipatório e libertador, dirigida às classes oprimidas, a uma educação de caráter autoritário e de manutenção do *status quo* alicerçada nos interesses das classes dominantes.

“toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo” (FREIRE, 1996, p.41).

Isso também vale para o significado que se atribui à palavra comunicação, se encarada como processo de transmissão de informações e/ou conteúdos, enquanto prática de dominação ideológica, ou enquanto processo de diálogo, prática de reciprocidade, de troca, de interação.

*“Y es que dime qué comunicación practicas y te diré qué educación propugnas. Si lo que se enfatiza es inseminal contenidos o moldear comportamientos, lógico es que se opte por una comunicación-*



*monólogo, de locutores a oyentes; cuando, por el contrario, se aspira a una educación encaminada a formar sujetos autónomos, críticos y creativos y ciudadanos participantes en la construcción de una sociedad democrática, se privilegiará una comunicación-diálogo, entendida como intercambio e interacción, como relación comunitaria y solidaria; una comunicación, en fin, que en lugar de entronizar locutores potencie interlocutores” (KAPLÚN, 1998, p. 220).*

As práticas e metodologias da Educomunicação estão pois assentadas em objetivos de capacitação e estímulo ao desenvolvimento de experiências que envolvam atividades de apropriação dos recursos e tecnologias da comunicação para a formação de receptores críticos e comunicadores participativos. Experiências que envolvam a produção, emissão, veiculação e recepção de mensagens, envolvendo a constituição de processos de comunicação dialógicos, alternativos e independentes. O que implica o desenvolvimento de projetos, tal como foi proposto por Freinet, de produção de jornais, mas também, de programas de rádio, de vídeos, a formação de grupos de teatro escolares, comunitários e/ou sindicais, entre outras possibilidades, como é o caso das comunidades virtuais, que estimulem a reflexão, a expressão e a intercomunicação grupal.

Esses tipos de atividades, além de desenvolver capacidades para uma leitura crítica da comunicação e exercitar as capacidades de expressão e comunicação dos indivíduos envolvidos, favorecem processos de reflexão, que ajudam a desenvolver a percepção sobre a realidade e das próprias identidades (MARTIRANI, 2005; FÉRRRES, 1996):

“Pensamos que à medida que eles se apropriam dessas novas linguagens, estaremos contribuindo para que desconstruam os procedimentos adotados pelos meios de comunicação, passando a valorizar as próprias falas e fisionomias. Exatamente porque se reconhecerão nelas, as crianças e adolescentes sairão do lugar de contempladores passivos de artistas ou personalidades que aparecem como destaques nas mídias, reforçando e impondo valores, modos de ser e pensar, modelos de beleza, de vocabulário e até de entonação de voz... Estamos certos de que, ao abriremos e garantirmos espaços de comunicação e expressão das crianças, adolescentes e jovens, efetivamente contribuimos para que se valorizem e, conseqüentemente, participem efetivamente da vida em sociedade” (Projeto Cala-boca já morreu, 2008).

A educação para os meios pressupõe a formação de habilidades como: expressar, compartilhar, compreender, dialogar, analisar e decidir. A comunicação, assim



compreendida, é exercício de explicitação, de interpretação, de sociabilidade, de participação e de intervenção.

*“La apropiación del conocimiento por parte de los educandos se cataliza cuando se los instituye y potencia como emisores. Su proceso de aprendizaje se ve favorecido e incrementado por la realización de productos comunicables y efectivamente comunicados.(...) Si educarse es involucrarse en un proceso de múltiples interacciones, un sistema será tanto más educativo cuanto más rica sea la trama de flujos comunicacionales que sepa abrir y poner a disposición de los educandos” (KAPLÚN, 1998, p. 222)*

Essa apropriação, ativa e crítica, diz respeito ao “desenvolvimento de certas competências ligadas à utilização dos *media*”, à formação de cidadãos “capazes de construir sua própria opinião a partir das informações disponíveis”; “a educação para os *media* consiste, pois, em ensinar os indivíduos a interpretar e a criar mensagens, a seleccionar os *media* mais apropriados para comunicar e, finalmente, a influir sobre a oferta e o conteúdo dos *media*” (VIEIRA, 2007, p.1).

Observa Kaplún que Freinet:

*“Al convertir a sus alumnos en periodistas e incluso en impresores, ellos conocieron por dentro el manejo de un medio de comunicación. Éste se despojó de su prestigio mítico y pasó a ser un producto material, con cuyas condiciones de producción se familiarizaron. No es sorprendente, pues, que aprendieran a leer la «otra» prensa –la grande- con sentido crítico: ya sabían cómo un título puede impactar y predisponer al lector, cómo la manera de presentar una determinada información produce un determinado efecto de opinión, etc., porque lo habían experimentado por ellos mismos”*

Complementa o autor:

*“Ponerse tras la cámara, encuadrar, grabar, editar, enseña cómo a través de un primer plano aparentemente natural y casual o de la toma realizada desde un cierto ángulo o una cierta altura se puede inducir determinados efectos en el público, conferir fuerza de convicción a un personaje y opacar e incluso desacreditar a otro, etc. A partir de esa experiencia, los educandos ya no recibirán las representaciones a la construcción televisivas con la misma mirada desprevenida e ingenua; dejarán de creer en la presunta objetividad y neutralidad de las imágenes; el medio, en fin, así desmitificado se despojará de su fascinación” (KAPLÚN, 1998, p. 221).*

É também necessário ressaltar que essa educação deve estar assentada em metodologias participativas, problematizadoras e dialógicas. “O diálogo” - diz Paulo



Freire (1986, p.123) - “é uma espécie de postura necessária, (...) é o momento em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem”. Ao nos comunicarmos, diz o pensador – “sabemos socialmente”, isso significa sabemos o que os outros também sabem, pensam, sentem, desejam.

A Educomunicação também trabalha as diferentes linguagens da comunicação encarando-as como formas de expressão com diferentes capacidades comunicativas, e por isso, com diferente potencial cognitivo. Nesse sentido tem também o objetivo de:

“buscar novas formas de expressão que superem a linearidade da escrita. As artes corporais ou possibilidades oferecidas pelas tecnologias da informação ampliaram substancialmente o potencial expressivo das comunidades humanas. O que se busca, contudo, não é só a *performance* do indivíduo, mas o fortalecimento de seu poder comunicador” (SOARES in BLOG EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, 2008).

É também atribuição dessa nova área de atuação trabalhar critérios que ajudem crianças e jovens a transitar nesse universo de informação e comunicação, orientando-os para a seleção de fontes de consulta mais confiáveis, prevenindo-os contra perigos da exposição pessoal e familiar, e mesmo introduzindo hábitos de leitura e interpretação que evitem automatismos como os decorrentes da cultura do ‘*control C/control V*’.

### **Educomunicação e Educação Ambiental**

A Educomunicação está preocupada com a formação de receptores críticos e ativos perante as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação e os processos comunicativos em que estão submersos, capazes de perceber processos de manipulação, bem como distinguir valores próprios dos veiculados pelos MCM. Está voltada ao desenvolvimento das capacidades comunicativas de indivíduos e grupos de modo a fortalecer identidades grupais, percepção crítica da realidade, autonomia e participação social e política. Está também preocupada com a democratização da comunicação, no que diz respeito ao acesso às informações veiculadas, mas também no que se refere à inclusão, no sentido de acesso aos meios e formas de comunicação.

A Educação Ambiental, por seu turno, vem propor, de modo ainda mais enfático e urgente, não apenas um papel, mas uma missão à educação: a de re-criar a sociedade com vistas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Está preocupada



com a formação de cidadãos capazes de atuar nas esferas da vida pública e política de modo a favorecer processos de transformação social. Quer sim desvelar o *modus operandi* das organizações midiáticas, formar receptores e comunicadores autônomos, mas quer também promover mudanças nos modos de produção e consumo social, modificar estilos de vida e trabalhar para a construção de uma sociedade social e ambientalmente mais equilibrada.

A crise ambiental - com as ameaças de escassez e esgotamento de recursos naturais, extinção de espécies, crise energética e aquecimento global; e, como resposta a ela, a Educação Ambiental, vem ampliar o rol de reivindicações sociais, antes centrados predominantemente na problemática das desigualdades sociais, para denunciar todo um modelo e processo de desenvolvimento econômico, responsável por um processo civilizatório que, além de socialmente injusto, mostrou-se altamente devastador.

É também importante ressaltar que os problemas ambientais são na realidade problemas sociais, pois que é a espécie humana quem agora corre perigo e é também a vida humana, enquanto forma de organização social, quem causou os desequilíbrios – superprodução, *superconsumo* e superpopulação geradores de toda a ordem de abusos no uso e exploração dos recursos naturais. Além disso, os problemas que precisamos enfrentar e trabalhar não são apenas os desequilíbrios ambientais são também os desequilíbrios sociais, daí a junção do social com o ambiental na expressão socioambiental ou socioambientalismo.

A Educação Ambiental procura conscientizar os indivíduos com vistas à adoção de atitudes e comportamentos mais sustentáveis, o que significa reduzir o consumo, reaproveitar e reciclar materiais, economizar água, energia, recursos naturais, mas, além disso, formar cidadãos comprometidos com a causa ambiental e capazes de intervir na vida social, na esfera pública e política.

A urgência das questões ambientais exige e conquista dia-a-dia maior envolvimento da população, dos setores produtivos, políticos, da mídia e da educação. Havendo, entretanto, apesar da massiva adesão às causas ambientais, diferenças ideológicas e formas de se lidar com essas questões, conforme interesses dos grupos e/ou setores envolvidos, conforme a compreensão, ideologia e a área de atuação de cada um.

No caso da educação ambiental, Sauv  (2005) chegou a identificar dezesseis correntes. Loureiro (2005), por sua vez, tal qual Paulo Freire já havia observado, divide essas correntes em dois grandes blocos: um que denomina conservador ou



comportamentalista e outro transformador, crítico ou emancipatório. Ao primeiro grupo o autor associa as seguintes características:

“compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental (...) uma educação entendida em sua dimensão individual (...); despolitização do fazer educativo ambiental (...) baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos; (...) foco na redução do consumo de bens naturais, descolando essa discussão do modo de produção que a define e situa; diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza; responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, fora da história, descontextualizado social e politicamente” (LOUREIRO, 2005, p. 1475).

Ao segundo grupo, identificado como transformador, crítico ou emancipatório, o autor atribui as seguintes características:

“busca da realização da autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta; politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade; convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da Educação Ambiental; preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes; indissociação no entendimento de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto socio-histórico; interesses privados e interesses públicos; busca de ruptura e transformação dos valores e práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade” (LOUREIRO, 2005, p. 1476).

O que se vem propondo para o campo da Educomunicação Socioambiental está identificado com as linhas mais progressistas e de caráter emancipatório da educação ambiental. Por isso, o novo campo da Educomunicação Socioambiental irá atribuir às linhas de educomunicação maior comprometimento com as questões e demandas ambientais, amarrando suas ações aos propósitos da sustentabilidade planetária, por isso atreladas ao exercício de uma cidadania ativa, politizada e transformadora.

### **Educomunicação Socioambiental**

No ano de 2004, durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental ocorrido em Goiânia, foi criada a “Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental” (Rebeca), tendo como objetivo:



“ o fortalecimento da comunicação e da educação ambiental, em suas interfaces. (...) a democratização da informação e saberes, respeitando a lógica das redes populares, comunitárias, científicas, culturais e artísticas. (...) contribuir com uma maior inserção da preocupação com as questões ambientais nos meios de comunicação; ainda, deve contribuir com o avanço dos conteúdos e práticas de comunicação ambiental no âmbito das políticas, programas e projetos de educação ambiental”. (REBECA, 2008).

Essas ações possibilitaram a criação de um blog de Educomunicação Socioambiental: “dedicado aos comunicadores que fazem educação ambiental, e aos educadores ambientais que fazem comunicação” (BLOG EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, 2008). Embora provisoriamente suspenso para reformulação, o blog traz as principais discussões, informações e reflexões dessa área.

Em continuidade a essas ações, em 2005, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), preocupado com a necessidade de formulação de uma política pública de comunicação para a educação ambiental e de fortalecimento das atividades de educação com uso dos recursos e tecnologias da comunicação formula o “Programa de Educomunicação Socioambiental” e passa a adotar a Educomunicação Socioambiental como política pública. O Programa propõe a formulação de “metodologias para a produção interativa e veiculação de conteúdos de educação ambiental pelos meios, além do fortalecimento dos processos informais, não-midiáticos de comunicação ambiental educativa”. Considera que uma política de comunicação ambiental não deve visar o “controle-doutrinação da mídia ou pela mídia” nem tampouco deve se reduzir “a uma diretriz que ordene a produção de materiais informativos e documentos ou gerência de redes de informação” (BRASIL, 2005, p.9). Parte do pressuposto de que uma:

“política de comunicação ambiental, que esteja baseada nos princípios da democratização, promoção da autonomia e emancipação, não pode se materializar sem que haja condições de inclusão ampla no direito à comunicação, que significa não só poder ter acesso à informação e aos bens culturais mediatizados ou não, mas também acesso à participação na criação e na gestão dos meios de comunicação” (Ibidem).

Considera como determinante a constituição de uma cultura educativa e comunicativa eminentemente dialógica, visando a “cooperação e construção de consenso, e não predominantemente como disputa ideológica e competitiva” (Idem, p.11). Observa a necessidade de gestão de conflitos e encara “a comunicação e a educação” como as “mais altas expressões das artes da paz”.



Conforme enfatizado pelo GT de Comunicação do V Ibero, as ações do campo da educomunicação ambiental devem estar “comprometidas com os princípios da dialogicidade, democracia e respeito ao direito à informação e comunicação”. Tem a preocupação de:

“Contribuir para o enraizamento da educação ambiental junto a públicos como de jornalistas, radialistas, publicitários e outros profissionais de comunicação, comunicadores amadores e populares, artistas, produtores e gestores culturais, comunicadores que atuam em órgãos públicos”, bem como “professores, pesquisadores e estudantes em todo o Brasil.” (REBECA, 2008).

Muito embora se observe na mídia “a onipresença de valores não-sustentáveis, especialmente na publicidade” (Painel sobre “Estratégias de enfrentamento da mídia”, Fórum Social Mundial, ocorrido na Índia, apud BRASIL, 2005, p.16) havendo aí a necessidade de se enfatizar processos educativos que façam o contraponto com essa cultura midiática, o documento “Educação para um Futuro Sustentável” (UNESCO, 1998 apud ibid.) sugere “a perspectiva da comunicação parceirizada com a mídia na construção da consciência pública para o desenvolvimento sustentável”.

Por isso é papel do educador socioambiental desenvolver reflexões sobre a insustentabilidade de uma cultura fundada no consumismo, em comportamentos individualistas e hedonistas, aspectos psicológicos presentes nos gestos de consumo, fornecendo elementos capazes de racionalizar esses gestos em busca de transformações e rupturas culturais em direção a uma sociedade mais sustentável. Analisar os discursos publicitários e midiáticos buscando significados ocultos de modo a favorecer a percepção e formação de valores mais adequados à construção de sociedades mais sustentáveis. Deve também formar cidadão capazes de se organizar e de atuar, numa perspectiva sociopolítica mais ampla, de modo a colaborar ou influir nos sistemas de comunicação social visando o fortalecimento das ações e objetivos da educação ambiental, popularizando, socializando e difundido seus valores.

As ações no campo da Comunicação Ambiental, portanto da Educomunicação Socioambiental, devem estar balizadas por um código de ética, como o adotado pelos veículos da Rede Brasileira de Informação Ambiental e associados (REBIA) onde se adota a “verdade como melhor estratégia” e a “comunicação em mão dupla” (BERNA, 2007). Essa recomendação vai de encontro com o Capítulo 40 da Agenda 21 que enfatiza “a necessidade de informação completa e fidedigna fortalecendo, em todos os níveis, os processos de tomada de decisão (AGENDA 21 Global, 2008).



Considerando a diversidade e variabilidade de pontos de vista adotados pela opinião pública, recomenda a REBIA a realização de pesquisas de opinião e de percepção ambiental para adaptar a linguagem e o conteúdo das notícias sobre o meio ambiente.

Estabelece que os veículos da REBIA e associados devem aumentar a consciência das pessoas esforçando-se por tratar os temas ligados ao meio ambiente de uma forma mais completa e com maior profundidade analítica. Reforça o “direito e dever de se comunicar” evitando-se o alarmismo e descontextualização da realidade, incentiva o acompanhamento sobre o andamento dos fatos e ocorrências noticiadas, evita a exploração propagandística em torno de ações relacionadas a obrigações legais, recomenda que se evite a omissão como forma de proteção individual e que se procure enfatizar a solução dos problemas.

“O dever dos veículos da REBIA e associados está não somente em alertar as pessoas sobre os perigos que a cercam, mas também de acompanhar tais ameaças e em mantê-las informadas sobre as ações tomadas para resolver os problemas. (...) devem também tentar realizar reportagens que apresentem soluções possíveis aos problemas ambientais (...) promover a igualdade no acesso à informação e ajudar organizações e indivíduos a recebê-la.” (BERNA, 2007).

Está também preocupada com a saturação de informação no universo das comunicações, as conseqüências disso no comportamento das pessoas e a necessidade de formação das pessoas para aprender a lidar com isso.

“Não é pelo maior ou menor volume de informações que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo, se não tiver uma cultura e uma formação que predisponha as pessoas a valorizar esta informação. Sem isso, as pessoas vão pouco a pouco se tornando insensíveis diante da informação, como se fosse mais uma espécie de poluição onde as palavras perdem o significado e importância, e tanto faz saber se derrubaram uma árvore ou uma floresta. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa como defende a educação ambiental, ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta, uma espécie de ética distorcida, como se a seleção natural das espécies separasse o mundo em vencedores (desenvolvidos, países de primeiro mundo) e perdedores (em desenvolvimento, subdesenvolvidos, países de segundo e terceiro mundo) onde apenas os mais aptos e espertos sobrevivem, aqueles que chegaram primeiro e dispõem dos melhores meios e tecnologias para retirar e utilizar com mais eficiência e rapidez os



recursos do Planeta, capitalizando lucros e socializando prejuízos” (BERNA, 2007).

Nesse sentido, é necessário que essa educação desenvolva atividades de análise e leitura crítica nas diversas modalidades de mensagens, estando atenta para a percepção dos modos como esses meios lidam com as questões ambientais ou quais as suas conseqüências na mentalidade, atitudes e comportamentos das pessoas, verificando em que medida contribuem para a consolidação e exercício de uma cidadania constituída a partir de uma ética ambiental. Mas é também necessário promover uma apropriação dos meios, tecnologias e processos de comunicação como forma de exercício de uma cidadania ativa e participativa, visando “o do fortalecimento do protagonismo de cada um dos indivíduos que (se) educam para a construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2005, p. 13).

Os princípios norteadores do Programa de Educomunicação Socioambiental, foram propostos a partir do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e são os seguintes: princípio do “diálogo e interatividade” – onde se defende uma ação comunicativa “lúcida de seu papel de dar visibilidade e escuta à diversidade”, e que considera que “uma política de comunicação interativa” deve priorizar a canalização das ações comunicativas advindas dos públicos da educação ambiental ao invés de levar-lhes “informação e conhecimento pré-editado”; princípio da “transversalidade e interação entre as várias linguagens e mídias (intermediaticidade)”; princípio do “encontro e atuação integrada” – onde está a idéia de que “a ação comunicativa deve funcionar em rede e, consciente dessa forma de funcionamento, ser socialmente mobilizadora, atuando na formação de novas redes, além de favorecer as já existentes”; princípio de “proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular”; princípio de “compromisso com a democratização e a acessibilidade à informação socioambiental” (BLOG EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, 2008)

“A ação comunicativa, devidamente baseada na sua lógica argumentativa, serve como elemento de radicalização da experiência democrática. Por isso, a comunicação visa favorecer e otimizar a organização da sociedade. Nesse sentido, o efeito organizativo torna-se, na verdade, o indicador mais seguro de continuidade e sustentabilidade do processo comunicativo. A política de comunicação democrática, também, é aquela que mantém estreita relação com as demais políticas de proteção à vida e promoção dos direitos humanos” (Ibid.)



Princípio do “direito à comunicação associado aos demais direitos humanos” – partindo-se do “reconhecimento da comunicação como um direito fundamental à liberdade de expressão e como condição indispensável à emancipação” e, por fim, o princípio do “compromisso com a não-discriminação”.

“O trabalho da educomunicação socioambiental está fundamentado na ética do cuidado, adota linguagens inclusivas, não discriminatórias, não estigmatizantes, não sexistas, não racistas, não preconceituosas, que assegurem a visibilidade e participação igualitária de grupos comumente excluídos.” (Ibid.).

### **Conclusão**

Em síntese podemos assim concluir que a educomunicação socioambiental deve trabalhar metodologias participativas e problematizadoras, alimentar processos de comunicação os mais diversos e dialógicos possíveis, criando e animando ecossistemas comunicacionais de modo a fortalecer as vias de reflexão e ação social, estimulando a discussão crítica, organização e pacto social, formando cidadãos participativos e comprometidos com o processo de construção de uma sociedade mais sustentável. De forma complementar deve também desenvolver atividades de leitura, análise e vigilância crítica da mídia, buscar informações que possam mostrar o outro lado das coisas, além de priorizar os assuntos e problemas locais. Deve, além disso, buscar aproximações com a grande mídia vislumbrando oportunidades e possibilidades de modo a favorecer o enraizamento da educação ambiental.

O novo campo da Educomunicação Socioambiental resulta do entrecruzamento dos campos da Educomunicação e Educação Ambiental, vale-se de discussões epistemológicas já desenvolvidas e elaboradas em seus campos de origem, garantindo-lhe as bases conceituais e direcionamento político-pedagógico. Tem um aspecto mais pragmático que teórico, por isso uma identidade maior com atividades de extensão e de educação que de pesquisa. Isso coloca aos pesquisadores interessados pelo tema, comprometidos com as questões ambientais e conscientes dos escassos recursos para desenvolver projetos de cunho social, sejam eles de pesquisa ou de educação, o desafio de desenvolver metodologias que articulem esses eixos interligando teoria e prática, o conhecimento e a ação, otimizando recursos e esforços em direção ao processo de



construção de uma sociedade mais sustentável. Desafio esse que se coloca no processo de desenvolvimento de um Projeto, ainda a ser iniciado e intitulado “Novas tecnologias da informação e da comunicação e educação ambiental na bacia do rio Corumbataí”, como parte de um Projeto Temático intitulado “Mudanças Socioambientais no Estado de São Paulo e Perspectivas para a Conservação”, a ser financiado pela FAPESP, no contexto do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da ESALQ e CENA/USP.

## Referências

AGENDA 21 Global. **Cap. 40. Informação para a tomada de decisões.** In Portal das Agendas 21 do Estado de São Paulo. Disponível em: [www.agenda21sp.com.br/capitulo/cap40.doc](http://www.agenda21sp.com.br/capitulo/cap40.doc). Acesso: 24 maio 2008.

BERNA, V. **10 Dicas de Comunicação Ambiental.** Disponível em <http://educom-socioambiental.blogspot.com/2007/06/10-dicas-de-comunicacao-ambiental-por.html>. Acesso 21 jun. 2008.

BLOG EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <http://educom-socioambiental.blogspot.com/>. Acesso 23 jun. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental.** Série Documentos Técnicos 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: [http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt\\_2\\_programa\\_educomunicacao\\_socioambiental\\_4a\\_versao\\_maio\\_final.pdf](http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a_versao_maio_final.pdf). Acesso 24 jun. 2008.

FERRÉS, J. **Vídeo e Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Trad. de RD. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 93 p

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_; SHOR, I. **Medo e ousadia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KAPLÚN, M.. **Una pedagogía de la comunicación** (pp. 217-222). Madrid: Ediciones de la Torre, 1998. Disponível em: <http://udgvirtual.udg.mx/biblioteca/handle/20050101/940?mode=simple>. Acesso: 6 dez. 2007.



\_\_\_\_\_. **El Comunicador Popular**. Buenos Aires: Humanitas, 1986.

LOUREIRO, C.F.B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. Revista **Educação & Sociedade**, vol. 26, no. 93, p. 1473-1494. Campinas, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 2 jul. 2008.

MARTIRANI, L.A. Videoprodução e educação: experiências e reflexões. Revista **Vivência**, Natal/UFRN, n. 29, 2005, p.361-366.

PROJETO Cala-a-boca já morreu. Disponível em: <http://www.cala-bocajamorreu.org/>. Acesso 9 jun. 2008.

REBECA Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/eventos/rebeca.htm>. Acesso 21 jun. 2008.

SARTORI, A. S.; SOARES, M. S.P. Concepção dialógica e as NTIC: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos. V **Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, set. 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf>. Acesso em 10 mar. 2007.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M. e CARVALHO, I.C.M. (orgs). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.17-44.

SOARES, I. O. Educomunicação: um campo de mediações. In: Revista **Comunicação e educação**, São Paulo, ano VII, no. 19, set./dez. 2000, p. 12-31.

\_\_\_\_\_. Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, M. A. (org.). **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

VIEIRA, Nelson. **Educação com os Media, Educação para os Media**. Disponível em [http://www.proformar.org/revista/educacao\\_17/educacao\\_para\\_media](http://www.proformar.org/revista/educacao_17/educacao_para_media). Acesso: 27 maio 2007.